

A EXPANSÃO DA AGRICULTURA MODERNA E A INTEGRAÇÃO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO À ECONOMIA NACIONAL

Antonio Nivaldo Hespanhol¹

Introdução

A Região Centro-Oeste cobre 22,24 % do território nacional, é constituída pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal e a sua população no ano de 1996 era de 10.500.579 habitantes, correspondendo a 6,7 % da população total do país.

A integração do espaço regional à economia nacional ganhou impulso a partir da primeira metade do século XX, com a implantação de estradas de ferro e de rodagem e com a instalação de Colônias Agrícolas pelo Governo Federal.

Nas décadas de 1950 e 1960 a construção de Brasília e a implantação de rodovias interligando a nova capital federal a diferentes pontos do país, propiciaram uma melhor articulação entre a região e o restante do país.

A integração efetiva do território do Centro-Oeste à economia nacional, entretanto, consolidou-se, apenas, nos anos 1970 e 1980 com a implementação de projetos de desenvolvimento regional e de programas especiais que redundaram na melhoria infra-estrutural e criaram as condições para a expansão da agricultura moderna em bases empresariais em vastas parcelas das zonas de cerrado do Planalto Central, muitas das quais situadas na referida região.

Os primórdios da ocupação

A Região Centro-Oeste passou a ser ocupada somente no século XVIII, quando os bandeirantes paulistas encontraram minérios em alguns pontos de seu território.²

¹ Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Presidente Prudente.

² Petrone (1970, p. 138) ressalta que “o centro de dispersão do povoamento de grandes áreas desses atuais três Estados centrais [Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso] foi São Paulo (...). O núcleo de São Paulo permitiu que seus habitantes, vivendo em condições

A atividade extrativa mineral teve grande importância até o final do século XVIII, sendo que várias cidades da região (Cuiabá, Cáceres, Poconé, Corumbá, Pirinópolis e Goiás) são originárias do período da mineração.

Com a decadência da atividade mineradora no final do século XVIII, a região perdeu importância econômica, passando a depender crescentemente dos recursos imperiais, repassados para a manutenção de fortes (Coimbra, Miranda, etc.), instalados na área. Os fortes implantados, sobretudo no Mato Grosso, naquele período, tinham por objetivo resguardar a integridade territorial do país, uma vez que haviam muitas pendências com países vizinhos envolvendo questões relacionadas à definição dos limites territoriais (fronteiras).

No século XIX ganhou expressividade na região, a criação de gado associada a produção de charque, além da extração de ipecacuanha (vegetal utilizado como matéria-prima pela indústria farmacêutica) e de erva-mate (Mamigonian, 1986):

Desde o início do processo de ocupação até meados do Século XIX, a cidade de Cuiabá exerceu a função de principal centro econômico e político regional.

De acordo com Mamigonian (1986, p. 44) em

"Cuiabá coexistiam as atividades comerciais de expedição de produtos primários (couros, peles, ipecacuanha, etc.) e de distribuição de produtos importados, com a administração civil e militar (...). Os grandes comerciantes da cidade, mais do que a aristocracia rural regional, era composta de portugueses, enquanto a direção administrativa militar e civil compunha-se de altos servidores do Império, nomeados no Rio de Janeiro e que se sucediam periodicamente. Cuiabá era o centro da província, sua única entrada e saída para todas as relações comerciais, militares e administrativas e com acesso por terra e pelos rios a todo o interior, inclusive às fortificações localizadas nos limites de seu território."

A partir de meados do século XIX ganhou impulso a atividade de extração da erva-mate. Na porção sul da região, especificamente, houve a instalação de grandes fazendas voltadas a criação de gado e houve a abertura

geográficas especialíssimas, dentre as quais avultava o isolamento em que se encontravam com relação à metrópole, pudessem devassar considerável porção do atual território brasileiro. Conseqüência desse processo de devassamento, ligado à preação de ameríndios, tivemos a descoberta de jazidas auríferas, primeiramente em Minas (fins do século XVII) e em seguida em Goiás e Mato Grosso (início do século XVIII)."

da navegação pelo rio Paraguai, fatos que acabaram fortalecendo as cidades de Corumbá, num primeiro momento, e de Campo Grande posteriormente, em detrimento de Cuiabá, que teve a sua importância econômica e política significativamente reduzida.³

Mamigonian (1986, p. 44-5) ressalta que *"a abertura das fazendas de criação no sul de Mato Grosso no século XIX esteve ligada à expansão de três áreas pecuárias distintas: norte de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sendo a primeira responsável pelo povoamento do Pantanal, (...), enquanto as correntes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul desbravaram o planalto, os mineiros se localizando nos cerrados e os gaúchos nos campos de Vacaria, no Extremo Sul."*

No início do século XX, a região Centro-Oeste passou a receber forte influência do Sudeste (sobretudo de São Paulo), que se desenvolvia de forma mais acelerada em função do dinamismo da cafeicultura associada à expansão da atividade industrial.

No ano de 1915, os trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) atingiram a cidade de Campo Grande, local de residência de um grande número de pecuaristas da região. Com a chegada dos trilhos da EFNOB à região, o transporte do gado em pé para ser engordado nas invernadas do Oeste paulista e depois abatido nos frigoríficos do Sudeste tornou-se mais fácil e freqüente⁴.

O estímulo oficial à ocupação da região a partir dos anos 1930

Na década de 1930, além de incentivar o desenvolvimento do setor industrial e estimular a diversificação da produção agrícola, o Governo Vargas, procurou incrementar o processo de ocupação das zonas de fronteira agrícola do centro do país, através da chamada "Marcha para o Oeste", proclamada em 1938, que tinha por objetivo ocupar e explorar o potencial econômico do despovoado interior do país.

Vargas eliminou as barreiras alfandegárias existentes entre os diferentes estados, construiu várias rodovias e ferrovias, o que facilitou a livre circulação de mercadorias no país, fortalecendo a economia de São Paulo e do

³ A despeito do desenvolvimento da atividade criatória e extrativa vegetal, o povoamento da Região Centro-Oeste permaneceu escasso até o presente século (Petroni, 1970).

⁴ Sobre a história e a importância da EFNOB consultar Azevedo, Fernando. Um trem corre para o Oeste.

Rio de Janeiro, que possuíam um setor industrial com nível técnico mais elevado e que operava em escala mais ampliada⁵.

Nas décadas de 1930 e 1940, além da construção da Estrada de Ferro Goiás, que atingiu a cidade de Anápolis em 1935, e da implantação da cidade de Goiânia (inaugurada em 1936), foram criadas várias colônias agrícolas nas áreas de matas do centro-sul do Estado de Goiás, na região conhecida como Mato Grosso de Goiás, no intuito de incorporar aquela área à economia nacional (Waibel, 1979).

No ano de 1941 foi criada, pelo Governo Federal, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Para Ferreira (1988, p. 44-5).

“as terras abundantes e vazias do Mato Grosso de Goiás, representadas pelas áreas de mata não ocupadas pela pecuária, que aí se implantara desde longa data, quando do declínio da mineração, parecem alternativa lógica para a instalação dos migrantes sem recursos e que tenderiam a aí desenvolver lavouras de alimentos para venda de excedente para o mercado. (...) A ligação de Anápolis com o Sudeste por ferrovia, desde 1935, torna possível a comercialização de produtos, condição indispensável para a implantação de ocupação voltada para a economia de mercado. Além da possibilidade de comercialização, a rentabilidade dos investimentos na compra da terra seria garantida pela fertilidade dos solos das matas e pela abundância de terras. (...) O Estado foi o indutor desse processo, colocando as bases para a produção voltada para o mercado, através de implantação da infra-estrutura viária, do loteamento de terras devolutas e com a criação da CANG. Com essas medidas o Estado aciona o gatilho para estimular o movimento de migrantes para a região, movimento esse que vai muito além da colônia oficial.”

Segundo Duarte (1989, p.246), na década de 1940

“expandiu-se a ocupação no Sudoeste de Goiás (...). Esta ocupação se processou, sobretudo, pela criação de gado, que era enviado a Uberlândia. Para esta expansão influenciou a criação, pelo governo

⁵ Referindo-se ao período compreendido entre 1930 e 1955, Cano (1985 p. 207) salienta que as *“áreas vazias (ou relativamente vazias) e próximas a São Paulo estavam mais predispostas a receber impactos positivos de integração, praticamente constituindo parte de uma frente avançada do ‘capitalismo paulista’*. Para o autor, enquadraram-se neste caso *“partes dos espaços territoriais do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Paraná. Não apenas por serem ‘vazias’ mas porque tiveram condições de assimilar o impacto capitalista emanado a partir de São Paulo”*.

federal, da Fundação Brasil Central, (...) que tinha como objetivo a ocupação dos vales do Araguaia e Xingu.”

No então Estado de Mato Grosso, também foram criadas algumas colônias agrícolas pelo Governo Vargas a partir da década de 1940.

“Em 1943, o regime Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional, em Dourados, na região sul de Mato Grosso. Este projeto continuou a atrair colonizadores até fins dos anos 60 e, aproximadamente, 9.500 famílias receberam concessões federais de terra, geralmente de 30 hectares, que é o tamanho típico ou ‘módulo’ estabelecido para o esquema de Dourados.” (Goodman, 1978, p. 311).

A atuação mais ativa do Estado, através da implantação de colônias agrícolas e da abertura de estradas levou à valorização de vastas áreas do Centro-Oeste e deu margem

“a uma desenfreada especulação. Gigantescas áreas de Mato Grosso e de Goiás passaram a ser vendidas, quando não cedidas em lotes. Particulares, freqüentemente favorecidos pela legislação federal ou estadual, iniciaram um verdadeiro processo de retalhamento dos dois Estados. Especuladores residentes em Cuiabá ou Anápolis, em Campo Grande ou Londrina, ou em cidades do oeste paulista, empresas do Rio de Janeiro e de São Paulo, ou mesmo das zonas coloniais do sul, adquiriram grandes glebas unicamente com o objetivo de valorizá-las como mercadorias. A especulação imobiliária, já marcando os quadros urbanos e áreas próximas das grandes cidades, tornou-se o principal negócio do Brasil Central” (Petrone, 1970, p.153).

A despeito da maior valorização e da intensificação do processo de ocupação da porção central do país a partir dos anos 1930 até o final da década 1950, a Região Centro-Oeste constituía-se essencialmente em área de fornecimento de gado “em pé” aos frigoríficos do Sudeste.

A transferência da Capital Federal para o Centro-Oeste

A transferência da capital para o centro do país era uma antiga aspiração. Na primeira Constituição republicana, datada de 1891, já foi

manifestada a intenção de transferir a capital para o centro do território nacional⁶.

Entretanto, foi somente na década de 1950 que o projeto de construir uma cidade no Planalto Central para abrigar a capital federal saiu do papel. Assim, como parte do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, foi construída a Cidade de Brasília, cuja inauguração se deu no ano de 1960.

O Plano de Metas objetivava modernizar a economia nacional através da abertura à entrada de investimentos externos e do estímulo explícito ao setor industrial. Assim, a implementação do Plano de Metas, além da transferência da capital, redundou na instalação da indústria automobilística no país (a partir de 1957) e na implantação de rodovias ligando a nova capital federal a vários pontos do país (Belo Horizonte-Brasília, Belém-Brasília, São Paulo-Brasília).

Para Goldenstein & Seabra (1982, p. 39) a

"implantação de Brasília, a construção da rede de circulação, transportes e comunicações necessárias para o exercício de sua função de capital, sua localização na área economicamente mais valorizada de Goiás, onde já se situavam cidades como Goiânia e Anápolis, passou a criar um território de economia complexa, de estruturação regional mais avançada, ainda que profundamente integrada à economia do Sudeste."

Os sucessivos governos militares (período 1964/1985), sempre tiveram a preocupação em ocupar o Centro e o Norte do país. Os incentivos fiscais repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir de 1966, para projetos na chamada Amazônia Legal (que abrange uma parcela da Região Centro-Oeste) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) a partir de 1967, para investimentos nos distritos industriais da capital amazonense, bem como os incentivos fornecidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), a partir de 1967, concorreram para o deslocamento de atividades econômicas e de população em direção ao Norte e ao Centro-Oeste do país.

No início dos anos 1970 foi lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), sendo construídas rodovias como a Transamazônica, a

Perimetral Norte e a Cuiabá-Santarém⁷. Ao longo de tais rodovias, principalmente da Transamazônica, foram criados vários núcleos de colonização oficiais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da doação de lotes a colonos provenientes, sobretudo, do Nordeste e do Centro-Sul do país. As dificuldades impostas pela exuberante floresta tropical, a distância dos mercados e a não implantação de infra-estrutura básica pelo INCRA, concorreram para o fracasso da colonização oficial através do assentamento de pequenos produtores rurais.

Uma vez fracassada a colonização oficial efetuada pelo INCRA, o governo federal passou a estimular a implantação de projetos agropecuários e agrominerais na região, através da concessão de incentivos fiscais e creditícios a grandes empresas nacionais e multinacionais.

O governo federal (através do INCRA) e os governos estaduais (principalmente de Mato Grosso) continuaram implantando projetos de colonização. Entretanto, a partir de meados da década de 1970, ganhou impulso a colonização gerida por empresas privadas, principalmente ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém, no Estado do Mato Grosso.

De acordo com Oliveira (1989, p. 21) o

"Incrá autorizou cerca de 36 empresas privadas de colonização para operarem no estado de Mato Grosso. Estas empresas, através da grilagem ou do recebimento das terras a preços simbólicos, implantaram mais de meia centena de projetos de colonização"

Dentre os projetos de colonização dirigidos por empresas particulares no Estado de Mato Grosso, destacam-se aqueles implantados pela Colonizadora Sinop na Gleba Celeste (650.000 hectares) que deu origem às cidades de Sinop, Vera, Santa Carmem e Cláudia; pela empresa Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO S/A) que numa área de 900.000 hectares implantou os projetos de Alta Floresta, Paranaita e Apiacas; pela Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A. (CONOMALT) que na Gleba Arinos (240.000 hectares) implantou o projeto Porto dos Gaúchos; pela Colonizadora Sorriso que implantou o projeto de colonização de Sorriso numa área de 100.000 hectares; pela Colonizadora Lider que implantou os projetos Colider e Nova Canaã. (Oliveira, 1989).

⁶ Na Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1991 foi incluído "o dispositivo que determinava ficar pertencendo à União, no Planalto Central, uma área para o estabelecimento oportuno da capital federal." (Guerra & Guerra, 1960:174)

⁷ Apenas a Rodovia Cuiabá-Santarém têm parte de seu leito no Centro-Oeste (no Norte de Mato Grosso).

A maioria dos colonos que adquiriu terras em projetos de colonização privados no Estado de Mato Grosso, é procedente do Centro-Sul do país, "onde as transformações nas relações de produção, via 'modernização' da agricultura, abria a necessidade histórica de novo processo migratório para os filhos de camponeses destas regiões" (Oliveira, 1989, p.20).

Deve-se ressaltar que vários municípios do Estado de Mato Grosso são originários de projetos de colonização geridos por empresas particulares⁸.

A expansão da agricultura moderna

No início da década de 1970, foram implantados vários programas de desenvolvimento na Região Centro-Oeste, os quais encontravam-se inseridos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Tais programas contaram com o apoio de importantes instituições federais e regionais, destacando-se dentre elas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Banco do Brasil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

Duarte (1989, p.18) considera que foi "estabelecida uma verdadeira política espacial para o território regional, orientada para três áreas ou sub-regiões. Uma incorporada à Amazônia e que se inseria no PIN. Abrangia o norte de Mato Grosso, Rondônia e o norte de Goiás. Aí deveria ser desenvolvida a colonização, introduzindo-se novas atividades econômicas, integrando-se este espaço com espaços já produtivos, dentro e fora da região. A outra sub-região abrangia o sul de Mato Grosso, área correspondente ao atual Mato Grosso do Sul, que deveria ser integrada ao programa de corredores de exportação, fornecedora de grãos para exportação. A terceira sub-região tinha como objetivo ser a área de fixação de população em torno do Distrito Federal, através da implementação de infra-estrutura social e econômica, e desenvolvimento das atividades agrícolas, diminuindo o fluxo migratório para a Capital Federal."

⁸ Os atuais municípios de Alta Floresta, Apiaçás, Colider, Nova Canaã, Paranaita, Sinop, Sorriso, Terra Nova, Vera e Vila Rica, são originários de projetos de colonização privados.

A intensa intervenção estatal, através da implementação dos vários programas de desenvolvimento, redundou em profundas mudanças na configuração espacial da Região Centro-Oeste a partir do início dos anos 1970.

As vastas áreas de cerrados da porção central do território nacional transformaram-se, num curto espaço de tempo, em importantes zonas produtoras de grãos do país, destacando-se a expressiva expansão da produção de soja realizada por grandes produtores provenientes, principalmente, da Região Sul. Além da maior disponibilidade e do baixo preço das terras, os grandes produtores rurais e parte do empresariado vinculado ao setor agroindustrial, aproveitaram-se da conjuntura favorável à produção da leguminosa e dos generosos financiamentos e incentivos fiscais concedidos pelos Governos federal, estaduais e municipais expandindo e/ou transferindo os seus negócios para às zonas de cerrados do Centro-Oeste do país.

O processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura de vastas parcelas das zonas de cerrado do Centro-Oeste pode ser dividido em duas fases, ambas consubstanciadas na disponibilidade de crédito rural farto e barato e no firme propósito do Estado em incorporar aquele espaço à economia nacional.

A primeira fase se estende do final dos anos 1960 até meados dos anos 1970, a qual é caracterizada pelo esforço da pesquisa em desenvolver sementes de soja adaptadas às condições edafoclimáticas do cerrado e pela melhoria da infra-estrutura através do Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal e do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), ambos lançados no ano de 1971.

Até o início dos anos 1970, a Região Centro-Oeste era extremamente carente de infra-estrutura. Goodman (1988, p.324) ressaltava que as

"zonas de produção do Centro-Oeste, (...) careciam até mesmo de uma rede rudimentar de conexões rodoviárias permanentes com centros de baldeações e entrepostos comerciais. Em Mato Grosso a construção de estradas e projetos de pavimentação executados durante a administração Médici fornecem uma rede básica formada pelo elo norte-sul, entre Cuiabá, Rondonópolis, Campo Grande e Dourados."

Além da melhoria da infra-estrutura, sobretudo no que diz respeito à construção e pavimentação de estradas, deve-se destacar que desde o início da década de 1970, as Secretarias da Agricultura dos Estados do Centro-Oeste e

algumas instituições de pesquisa como o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Oeste (IPEAO), o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste (IPEACO), a Fundação Zoobotânica de Brasília, a Universidade Nacional de Brasília (UNB) e, mais tarde (a partir de 1974), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), passaram a investir em pesquisas destinadas ao fomento e a viabilização da agricultura moderna nas zonas de cerrado.

Para Roessing e Guedes (1993, p. 30)

“um dos fatos mais significativos, em termos de inovações na lavoura da região e de grandes conseqüências no meio rural tradicional, foi a implantação de empresas agrícolas para o plantio de trigo, soja e arroz nas terras de Campos de Vacaria, no sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul, feita a partir de 1970 por lavradores procedentes do Rio Grande do Sul, onde já se dedicavam a este tipo de empresa agrícola. Essa atividade vinha se processando com alto emprego de técnica e com o apoio financeiro do Banco do Brasil, concedido mediante exigências de análise de solo, de colheita mecanizada e de emprego de sementes selecionadas. Os municípios onde mais acentuadamente se fez, com rendimentos satisfatórios, a lavoura mecanizada foram: Dourados, Ponta Porã, Amambai e Maracaju e, em menor escala: Itaporã, Carapò, Rio Brilhante e Sidrolândia. A expansão dos cultivos mecanizados de trigo e soja se deram em terras adquiridas pelos gaúchos, dos fazendeiros mato-grossenses, por preços inferiores aos do arrendamento de terra nas suas áreas de procedência.”

A segunda fase do processo de alteração da base técnica da agricultura das zonas de cerrado é marcada pelo lançamento dos chamados Programas Especiais, com destaque para o POLOCENTRO, instituído no ano de 1975.

Configurava-se como objetivo principal do POLOCENTRO o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do Oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial.

Além do POLOCENTRO, foram instituídos em meados da década de 1970, no bojo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND/1975/79), o Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) e o Programa de Desenvolvimento da Região de Grande Dourados (PRODEGRAN), ambos

voltados para o estímulo à modernização da agropecuária da porção sul do então Estado de Mato Grosso.

De acordo com Goodman, (1978, p. 324-5) nesses programas

*“a ênfase na eficiência ou objetivos de produção emerge em uma variedade de formas, incluindo o peso dado à infra-estrutura rural e linhas especiais de crédito rural na alocação de recursos do programa. Talvez mais significativa e revelador, contudo, seja o papel central atribuído a fazenda-empresa comercial, **empresa rural**, como o instrumento de colonização de terra. Esta escolha significa que os beneficiários diretos do crédito rural e da elevada formação pública de capital, para abrir regiões isoladas e aumentar a área sob cultivo, estarão concentrados no decil superior da distribuição de renda rural. Os benefícios aos grupos abaixo deste nível de distribuição, presume-se que surjam via processos indiretos, de **trickle down**, principalmente na forma de oportunidades de emprego.”*

No caso do POLOCENTRO, a meta era incorporar 3,7 milhões de ha, da região de cerrados, no período compreendido entre 1975 e 1979, sendo 1,8 milhões de ha, para as lavouras, 1,2 milhões para as pastagens e 700.000 ha, para reflorestamento⁹.

Roessing e Guedes (1993, p. 31) enfatizam que

“o principal instrumento de incentivo do Polocentro foi o crédito favorecido, estendido aos que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial nas áreas selecionadas. As condições de suas linhas de financiamento eram excepcionais, mesmo se comparadas àquelas em vigor no sistema de crédito rural. Para as despesas de investimento os prazos iam até 12 anos com até seis anos de carência; as taxas de juros variavam entre 0 e 14 % ao ano, capitalizáveis no período de carência. Para o crédito de custeio, as taxas de juros iam de 10 a 14 % ao ano, dependendo do valor total financiado. Em nenhum caso se fazia a correção monetária de débitos.”

Observa-se assim que os programas especiais vinculados ao I e ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), dispunham de recursos apreciáveis que, via de regra, foram utilizados na implantação de infra-

⁹ De acordo com SHIKI (1995), entre 1975 e 1980 o POLOCENTRO incorporou 8,2 milhões de hectares, sendo que 70 % se destinaram à formação de pastagens e 23 % para lavouras.

estrutura e no financiamento favorecido às empresas e aos grandes produtores rurais que deslocaram os seus negócios (total ou parcialmente) para as zonas de cerrado (previamente selecionadas) do Centro-Oeste do país¹⁰.

No ano de 1979, quando da divisão do Estado de Mato Grosso foram criados o Programa de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (PROMAT) e o Programa de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul (PROSUL), ambos destinaram recursos para a implantação de infraestrutura social, visando viabilizar a implantação dos novos estados (Duarte, 1989).

No ano de 1981 foi lançado o Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), que através da implantação de infra-estrutura e da colonização da área situada ao longo da BR 364, proporcionou uma maior interligação do Estado de Rondônia com o Centro-Oeste do país.

As facilidades criadas pelo Estado através da concessão de recursos financeiros e as condições favoráveis da região para a produção de grãos em larga escala converteram as zonas de cerrado do Brasil Central na principal zona de fronteira agrícola do país a partir dos anos 1970.

No período compreendido entre 1970 e 1980, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da região foi ampliada de 53.227 mil hectares para 113.431 mil hectares. A área ocupada com lavouras temporárias, por sua vez, elevou-se de 1.807 mil hectares em 1970 para 6.166 mil hectares em 1980, conforme se verifica pela Tabela I. No período posterior a 1980 houve redução da área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da região, sendo que a expansão da produção agrícola passou a depender mais do crescimento intensivo, propiciado pelo uso de modernas técnicas de produção do que da incorporação de novas áreas ao processo produtivo (expansão da fronteira agrícola)¹¹.

¹⁰ De acordo com SCHEIBE (1985) o POLOCENTRO aplicou recursos da ordem de US\$ 248 milhões nas zonas de cerrado no período compreendido entre 1975 e 1984.

¹¹ A partir de 1988 a Região Centro-Oeste perdeu parte do seu território em virtude da criação do Estado de Tocantins, o qual passou a fazer parte da Região Norte do país.

Tabela 1 - Indicadores da evolução da agricultura na Região Centro-Oeste do Brasil (1970/1996)

INDICADORES/ANOS	1970	1975	1980	1985	1995/96
Nº de estabelecimentos (1.000)	193	269	267	267	242
Área total dos estabelecimentos (mil ha.)	53.227	93.953	113.431	99.122	77.567
Área ocupada com lavoura permanente (mil ha.)	104	188	313	236	247
Área ocupada com lavoura temporária (mil ha.)	1.807	4.161	6.166	6.809	6.330

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários da Região Centro-Oeste de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96.

De maneira geral, a produção agrícola da Região Centro-Oeste cresceu substancialmente a partir dos anos 1970, conforme se verifica pela Tabela II. Destacam-se dentre os produtos que apresentaram incremento na produção, a soja, o trigo, a cana-de-açúcar e o milho.

No caso específico da soja, produto que apresentou a maior expansão da produção¹², deve-se considerar que além dos incentivos (fiscais e creditícios), os preços elevados da leguminosa no mercado internacional também foi de extrema importância para a expansão do produto não somente na Região Centro-Oeste, mas também em outras áreas de cerrado do país.

Mesquita (1989, p.158) ressalta que as áreas de agricultura mais modernizadas do Centro-Oeste

"são aquelas nas quais se desenvolveu o cultivo comercial de grãos e, em especial, da soja, correspondendo a um núcleo na porção meridional do Mato Grosso do Sul que abrange Dourados, Ponta Porã, Caarapó, Rio Brilhante, Maracaju e Sidrolândia, onde, no início da década de 70, já se multiplicavam as iniciativas de plantio mecanizado de grãos; de outro núcleo mais recente fazem parte Bandeirante, Camapuã, Cassilândia e outros municípios de criação posterior a 1980, como São Gabriel do Oeste, onde a expansão da soja foi favorecida pelos resultados das pesquisas desenvolvidas no Estado com vistas a obter plantas adaptadas às condições específicas do cerrado"

¹² A participação da Região Centro-Oeste na produção total de soja do país elevou-se de 12,59 % no ano de 1980 para 32,37% no ano de 1990 e para 40,88 % no ano de 1997 de acordo com os dados da FIBGE. No ano de 1997 a produtividade média da soja na Região Centro-Oeste foi de 2.609 kg. por hectare enquanto que na Região Sul foi de 2.078 kg. por hectare, uma diferença de 25,5 % em favor do Centro-Oeste.

Tabela 2 – Evolução da produção das principais lavouras do Centro-Oeste do Brasil – (1970-1997) – em toneladas

Produtos anos	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1997
Arroz	1.273.621	2.042.573	2.687.178	1.970.563	914.716	1.423.171	1.134
Feijão	121.524	107.340	118.054	150.965	191.322	188.498	233
Mandioca	348.468	194.584	195.806	1.147.793	1.042.596	1.192.418	984
Milho	768.379	1.315.983	1.563.805	2.435.804	3.108.401	6.235.674	7.361
Algodão	114.540	81.581	106.385	244.184	190.947	350.280	342
Cafê	7.164	20.709	47.003	86.309	109.654	26.251	23
Soja	24.568	250.160	1.509.861	5.662.786	6.441.323	10.008.110	10.788
Tomate	15.381	20.026	33.912	100.774	347.477	257.377	414
Trigo	1.713	5.933	78.207	318.540	205.261	27.293	61
Cana-de-Açúcar	297.098	423.629	1.262.862	10.941.425	14.126.298	19.576.648	23.805

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-96; - Produção Agrícola Municipal de 1990 e 1997.

Ferreira (1988, p.54-5) considera que o plantio de soja nas zonas de cerrado

“está atrelado ao uso de tecnologia, de mecanização, emprego de capital (subsidiado pelo governo), racionalização do uso de mão-de-obra (pouco usada e só temporariamente na época de preparo e colheita), o assalariamento como relação de trabalho, a figura do ‘lavourista’ (paulista ou sulista, migrante com características mais de empresário que de camponês), a intensificação da produção e ampliação do espaço produtivo”.

A partir dos anos 1980, o processo de modernização da agricultura do Centro-Oeste, comandado pela soja, passou a se dar de forma mais cadenciada em virtude da menor disponibilidade de crédito rural e da eliminação dos subsídios ao setor, como decorrência da intensa crise econômica que assolou o país.

A despeito da crise, durante a década de 1980 foram lançados alguns projetos visando modernizar a agricultura do cerrado, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER) e o Programa de Financiamento da Irrigação (PROFIR). Deve-se considerar, entretanto, que o resultado de

tais programas foram muito modestos, fato que se deve, em parte, à crise fiscal que passou a assolar o Estado brasileiro¹³.

A redução do volume de crédito oficial disponível e a incidência da correção monetária sobre os financiamentos agrícolas a partir dos anos 1980, foram, em parte, compensadas pela maior efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sobretudo a partir de 1981, quando foi introduzida a indexação dos preços de garantia, o que neutralizou os efeitos negativos exercidos pela inflação sobre os preços mínimos previamente estabelecidos.

Para Goldin e Resende (1993, p. 27-8)

“os preços mínimos foram especialmente vantajosos para os produtores distantes do mercado, que enfrentavam altos custos de transporte. Em consonância com isso, o sistema foi particularmente importante para facilitar o crescimento agrícola na fronteira do cerrado do Centro-Oeste, que muito contribuiu para o vigor do desempenho agrícola nos anos 80”.

A crise do modelo de desenvolvimento agrícola, consubstanciado no crédito rural subsidiado, atingiu mais profundamente as tradicionais zonas produtoras de soja do sul do país do que as novas áreas de produção dos cerrados do Centro-Oeste, as quais apresentaram significativa expansão da produção da leguminosa no decorrer dos anos 1980, conforme verificou-se na Tabela II.

Além dos baixos preços da terra e dos bons níveis de produtividade alcançados pela soja na região Centro-Oeste, Goldin e Resende (1993, p. 97) argumentam que

“a política de crédito rural subsidiado da década de 1970 facilitou à agricultura das regiões Sul e Sudeste trilhar o caminho da mecanização, graças sobretudo à oferta abundante de crédito de investimento. Esse crédito, entretanto, praticamente deixou de existir

¹³ “(...) o PRODECER voltava-se para os agricultores de médio porte (entre 250 e 500 hectares), concedendo crédito para projetos técnicos integrados e para produtores selecionados por cooperativas habilitadas, com base em suas capacidades e competências para trabalhar nas culturas apropriadas ao cerrado de Minas Gerais. Somente com a implantação da segunda versão do PRODECER, em 1987, o programa passou a atuar no Centro-Oeste, através do assentamento de colonos selecionados por cooperativas credenciadas em cinco projetos, sendo um no Mato Grosso do Sul, dois em Goiás e dois no Mato Grosso.” (Galindo & Santos, 1995, p. 163).

a partir de 1979. A evidência indica que se reduziu, desde então, o grau de mecanização agrícola nas regiões Sul e Sudeste, mas não na região Centro-Oeste (onde, aliás, foi exatamente nos anos 80 que a expansão da lavoura - mecanizada - de soja ganhou seu maior ímpeto). A hipótese (...) é que a retirada do subsídio à mecanização agrícola alterou as vantagens comparativas regionais e contribuiu para a redistribuição regional da produção agrícola brasileira. O Centro-Oeste ganhou vantagens comparativas nas atividades onde economias de escala são maiores, nas quais, portanto, a maior aptidão regional à lavoura mecanizada pudesse ser aproveitada."

Observa-se assim, que uma multiplicidade de aspectos favoráveis ao Centro-Oeste, como a exploração em larga escala (agricultura empresarial), a topografia plana, o desenvolvimento de sementes adaptadas às condições de solo e clima dos cerrados, terras menos valorizadas, etc., levaram à redistribuição regional da produção de soja, havendo a partir dos anos 1980 a estagnação e até retrocesso da leguminosa nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul e apreciável expansão no Centro-Oeste, principalmente nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

A grande quantidade de matéria-prima produzida na região e a concessão de facilidades pelos governos estaduais às grandes empresas agroindustriais para que implantassem unidades processadoras no Centro-Oeste, foram fatores que provocaram o deslocamento de muitas agroindustrias instaladas no Sul e Sudeste do país para a Região Centro-Oeste, de forma que houve o deslocamento, "durante pouco mais de uma década, de 40 % da capacidade de produção de soja do país para as terras agricultáveis de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul." (Castro & Fonseca, 1994, p. 69)

Fonseca & Gonçalves (1995, p. 32) ressaltam que a existência de vantagens comparativas na região para a produção de grãos

"funcionou como fator de atração para agroindustrias de processamento, especialmente, aquelas situadas ao final da cadeia de grãos-óleos-farelos que, a partir da segunda metade da década de 80, passaram a se deslocar com bastante agilidade para as novas áreas, buscando apropriar-se de quase-rendas proporcionadas pelas excepcionais condições naturais ali encontradas ou do sobrepreço obtido pela soja no mercado internacional, apesar do elevado custo do transporte".

Em linhas gerais pode-se dizer que do ponto de vista estritamente econômico, a expansão da produção de grãos, notadamente de soja, nas zonas de cerrado do Centro-Oeste pode ser apontada como altamente positiva, o mesmo não ocorre quando se considera os aspectos sociais e ecológicos.

No que diz respeito à questão social, deve-se considerar que a limitação

"acesso à terra; a redução dos níveis de absorção de mão-de-obra associada às técnicas modernas de produção; a criação de um número limitado de empregos nas áreas de integração recente; a acentuação da disparidade econômica entre áreas; e o aprofundamento do desnível sócio-econômico entre produtores estão, com efeito, vinculados a um modelo de crescimento da agropecuária, no qual os impasses se acumulam, dados os objetivos e os interesses conflitantes dos diversos atores sociais envolvidos" (Mesquita, 1989, p. 169-70).

Quanto aos impactos ambientais da agricultura moderna, deve-se destacar que além da destruição dos ecossistemas dos cerrados, a produção de grãos em larga escala com intensa mecanização e uso de insumos industriais induz a uma excessiva especialização, o que aumenta os riscos de falha no sistema e acarretam perda genética por causa da busca da homogeneidade nas culturas (SHIKI, 1995).

Considerações finais

Embora as tentativas do poder público em efetuar a incorporação econômica do Centro-Oeste do país remontem à década de 1930, a região permaneceu relativamente isolada e vinculada à exploração da pecuária extensiva até, pelo menos, o final dos anos 1960.

Nas décadas de 1970 e 1980 a implantação de infra-estrutura viária e de comunicações, o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, os baixos preços da terra e os incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo governo federal, possibilitaram uma grande expansão da produção agrícola em bases empresariais nas zonas de cerrado da região Centro-Oeste.

O dinamismo e a estreita relação da agricultura moderna com os setores industrial e financeiro favoreceram o processo de integração de vastas parcelas do território do Centro-Oeste ao mercado nacional. O movimento de

modernização agrícola propiciou uma grande expansão da produção agrícola. criou as condições para a instalação de agroindústrias na região, ampliando significativamente a arrecadação de impostos de vários municípios e estados.

Por outro lado, o processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura, nos moldes em que se deu, levou ao afloramento, na região, de problemas relacionados à questão do acesso à terra, da exclusão de pequenos produtores, da baixa absorção de mão-de-obra, da elevada concentração de renda, enfim, de todos os problemas gerados pelo modelo de crescimento agrícola (modernização conservadora) implementado no país a partir de meados da década de 1960.

A prática da agricultura moderna nos cerrados do Centro-Oeste tem possibilitado a obtenção de elevados níveis de produtividade das lavouras, notadamente de soja, o que torna a região competitiva na produção da leguminosa, nacional e internacionalmente. Por outro lado, a introdução, na faixa tropical, de pacotes tecnológicos importados de países de clima temperado, tem gerado sérios problemas ambientais.

A chamada agricultura convencional, altamente dependente dos insumos externos e da utilização de máquinas e implementos pesados, compromete a qualidade do solo, sendo muito comum na região a ocorrência dos processos de erosão e de compactação, o que, a médio prazo, poderá, não somente, inviabilizar a atividade agrícola, como degradar amplamente os recursos naturais.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. *Um trem corre para o oeste*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global. Campinas: UNICAMP, 1985.
- CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. O potencial do agribusiness na fronteira. *Revista de Economia Política*. V. 14 N.1 (53). Jan/Mar/1994. p. 63-84.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A Organização Regional do Espaço Brasileiro. *GEOSUL*. Nº 8. Ano IV, 2º Semestre de 1989, p. 7-16.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Estrutura do Espaço Regional. In: *Geografia do Brasil. Volume 1 - Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 243 - 267.

DUARTE, Aluizio Capdeville. O Centro-Oeste na Organização Regional do Brasil. In: *Geografia do Brasil Volume 1 - Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 15 - 20.

FERREIRA, Ingás Costa Barbosa. Ceres e Rio Verde: Dois Momentos no Processo de Expansão da Fronteira Agrícola. In: AUBERTIN Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris. ORSTOM, 1988, p. 38 - 59.

FONSECA, Maria da Graça D.; GONÇALVES José Sidnei. Financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária: análise de dois planos governamentais recentes. In: *Informações Econômicas*. São Paulo, v. 25, n 6, Jun, 1995, p. 31-46.

GALINDO, Osmil; SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional. In: AFFONSO, R.B.A.; SILVA, P.L.B. (Organizadores). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995. - (Federalismo no Brasil), p. 157 - 194.

GOLDESTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão Territorial do Trabalho e Nova Regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: FFLCH/USP, (01), 1982, p. 21-47.

GOLDIN, Ivan; REZENDE, Gervásio Castro de. *Agricultura Brasileira na Década de 80: Crescimento Numa Economia em Crise*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.(Série IPEA 138).

GOODMAN, David. Expansão de Fronteira e Colonização Rural: Recente Política de Desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil. In: BAER, W.; GEIGER, P. P.; HADDAD, P. R. (Coords.). *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1978. p. 301 - 339.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Ignez Amelia L. Teixeira. Subsídios para uma Nova Divisão Política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, V. 2 Nº. 2, 1960, p. 169 - 208.

- MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao Mercado Nacional e Gênese de Corumbá. In: *GEOSUL*, Florianópolis: UFSC, no. 1 Ano I, Primeiro Semestre de 1986, p. 39 - 58
- MESQUITA, Olindina Viana. Agricultura In: *Geografia do Brasil Volume 1 - Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 149 - 170.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Paraíso e Inferno na Amazônia Legal. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo: CEM, Ano 1 nº. 3, Jan/Abr. 1989, p. 19-25.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 3ª. Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PETRONE, Pasquale. Povoamento e Colonização. In: AZEVEDO, Aroldo de. *Brasil - A Terra e o Homem: A Vida Humana*. São Paulo: Nacional, 1970 (V. II), p. 127-158.
- ROESSING, Antonio Carlos; GUEDES, Luis Cesar Auvray. Aspectos Econômicos do Complexo Soja: Sua Participação na Economia Brasileira e Evolução na Região do Brasil Central. In: *Simpósio Sobre Cultura da Soja nos Cerrados*. Uberaba, 1992. p. 01 - 69.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SCHEIBE, S. D. Ações Públicas e Cerrados: Problemas e Alternativas. *Fundação JP*, Belo Horizonte, V. 15, nº 5/6, p. 63 - 78, Mai/Ago. 1985.
- SHIKI, Shigeo. Sustentabilidade do Sistema Agroalimentar nos Cerrados: Em Busca de uma Abordagem Incluyente. *Agricultura Sustentável*. V. 2 nº. 1 (Jan./Jul. 1995), Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 1995, p. 17 - 30.
- WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.